

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.322.728 - RS (2018/0167376-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : HELIO DE OLIVEIRA MACHADO
AGRAVANTE : CONSTRULAR COMERCIO DE PISOS E AZULEJOS LTDA - ME
ADVOGADOS : PEDRO BAUER PERES E OUTRO(S) - RS055299
JOANA BAUER PERES - RS105533
AGRAVADO : RONALDO TOMAZELLI NANTAL
ADVOGADOS : IVO DOS SANTOS ROCHA E OUTRO(S) - RS0018354
VIVIAN PEREIRA ROCHA - RS0047971
INTERES. : CLAITON PERES MENGUE

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por HELIO DE OLIVEIRA MACHADO E OUTRO contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, interposto com fulcro na alínea "c" do permissivo constitucional, o qual visa reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 261, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO INDENIZATÓRIA.

Hipótese em que demonstrada a culpa do condutor do veículo réu pelo fato, o qual efetuou marcha ré por distância que ultrapassa aquelas pequenas manobras permitidas pela legislação de regência.

Danos morais configurados pelo óbito da mãe da vítima. Valor indenizatório mantido.

APELO DA CONSTRULAR E DE HÉLIO CONHECIDO EM PARTE E DESPROVIDO. APELO DE CLAITON DESPROVIDO. UNÂNIME.

Opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados pelo aresto de fls. 282/286, e-STJ.

Nas razões do recurso especial (fls. 290/301, e-STJ), os ora agravantes apontam dissídio jurisprudencial quanto à interpretação do art. 69 do CTB, aduzindo, em síntese, que atravessar a rua fora da faixa de pedestre implica em culpa da vítima em caso de acidente. Requerem, alternativamente, a redução da verba indenizatória.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial.

Em juízo de admissibilidade (fl. 319/332, e-STJ), negou-se seguimento ao recurso especial em razão da ausência de similitude fática entre os casos confrontados, o que atrai a incidência das Súmulas 7/STJ e 211/STJ.

Nas razões do agravo (fls. 334/341, e-STJ), a parte, buscando destrancar o processamento da insurgência, refutou o fundamento apontado.

Não foi apresentada contraminuta ao agravo.

É o relatório.

Decido.

1. Cinge-se a controvérsia acerca da divergência jurisprudencial quanto à interpretação do art. 69 do CTB, aduzindo, em síntese, que atravessar a rua fora da faixa de pedestre implica em culpa da vítima em caso de acidente.

O conhecimento do recurso interposto com fulcro na alínea "c" do permissivo constitucional demanda o preenchimento dos seguintes requisitos: i) a indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente; ii) a demonstração do dissídio, mediante a verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados; iii) a realização do cotejo analítico entre elas, nos moldes exigidos pelo art. 1.029, §1º, do CPC/15.

Com efeito, para caracterização da divergência jurisprudencial, é imprescindível a colação de trechos do relatório e do voto dos acórdãos paradigma e paragonado, com a realização do devido cotejo analítico, sendo insuficiente a mera transcrição de ementas, como ocorreu no caso.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COTEJO ANALÍTICO. NÃO REALIZAÇÃO. MERA TRANSCRIÇÃO DE EMENTAS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CARACTERIZADO.

1. A divergência jurisprudencial, nos termos do artigo 266, § 1º, c/c o artigo 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ, exige comprovação e demonstração com a transcrição dos trechos dos julgados que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo como bastante a simples transcrição de ementas sem realizar o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.

[...]

(AgInt nos EAREsp 971.729/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/10/2017, DJe 31/10/2017)

PROCESSUAL CIVIL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL NO RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO PELA ALÍNEA "C". SÚMULA 284/STF.

1. A divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a colação de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente, não bastando a mera transcrição de ementas.

2. No caso dos autos, não foram respeitados tais requisitos legais e regimentais, o que impede o conhecimento do Recurso Especial com base na alínea "c", III, do art. 105 da Constituição Federal.

[...]

6. Recurso Especial do qual não se conhece.

(REsp 1672895/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 12/09/2017)

2. Da leitura das razões recursais, verifica-se que a parte não indicou qual dispositivo legal entende por violado quando defendeu a redução da verba indenizatória.

A admissibilidade do recurso especial exige a clareza na indicação dos

dispositivos de lei federal supostamente contrariados, bem como a explanação precisa da medida em que o acórdão recorrido teria afrontado cada um desses artigos, sob pena de incidência da Súmula 284/STF.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. DEFICIÊNCIA RECURSAL. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO DO STJ.

I - A competência do Superior Tribunal de Justiça, na via do recurso especial, encontra-se vinculada à interpretação e à uniformização do direito infraconstitucional federal. Nesse contexto, apresenta-se impositiva a indicação do dispositivo legal que teria sido contrariado pelo Tribunal *a quo*, sendo necessária a delimitação da violação do tema insculpido no regramento indicado, viabilizando assim o necessário confronto interpretativo e o cumprimento da incumbência constitucional revelada com a uniformização do direito infraconstitucional sob exame.

II - Verificado que o recorrente deixou de indicar com precisão quais os dispositivos legais que teriam sido violados, apresenta-se evidente a deficiência do pleito recursal, atraindo o teor da Súmula n. 284 do STF.

[...]

IV - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1330940/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 18/12/2018)

3. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo e, com base no art. 85, § 11, do CPC/15, majoro a verba honorária em 10% (dez por cento) sobre o valor já fixado na origem, em favor do patrono da parte agravada.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator